

**HABEAS CORPUS Nº 534.388 - GO (2019/0280817-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : MATHEUS DE PAULA GUIMARAES**  
**ADVOGADO : MATHEUS DE PAULA GUIMARAES - GO043252**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : WELLINGTON LUCIANO DOS SANTOS SOARES**  
**(PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

**WELLINGTON LUCIANO DOS SANTOS SOARES** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido no Habeas Corpus n. 5472732.36.2019.8.09.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva.**

Assere a defesa que "[o] fundamento de que o cárcere se justifica para garantia da ordem pública também não deve prevalecer, pois invocado para mascarar cárcere tão somente pela gravidade abstrata do delito, como admite o próprio magistrado singular" (fl. 5).

Requer, assim, "seja concedida liminarmente a ordem impetrada para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do Paciente, com consequente expedição do alvará de soltura respectivo" (fl. 10).

**Não concedida a medida liminar** e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pelo não conhecimento do habeas corpus.

**Decido.**

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Ainda, conforme expressa previsão legal – exteriorização do princípio da provisoriedade – contida no art. 387, § 1º, do CPP, "o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta".

Na espécie, o Juízo de primeira instância manteve, na audiência de custódia, a segregação cautelar do paciente, ao apontar que,

[c]onsiderando que Wellington Luciano dos Santos Soares foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas (art. 33, da lei 11.343/06). E considerando que embora seja primário e de bons antecedentes, **o preso possuía em sua residência considerável quantidade de droga, ou seja, meio quilo de maconha, uma balança de precisão, e existe relatos nos autos que ele vinha praticando o crime de tráfico de drogas**, de forma que a versão do preso de que não vendia drogas destoa do conjunto probatório existente nos autos até agora produzido, ou seja, nesta fase embrionária. **E uma vez solto, certamente o preso continuará traficando, o que coloca em risco a segurança pública**, pois o crime de tráfico ilícito de entorpecentes é um crime grave e vários outros crimes orbitam em torno dele, dentre eles o furto, a receptação, o roubo, a lesão corporal e até o homicídio. Diante disso, entendo que a manutenção da prisão preventiva se faz necessária para garantia da ordem pública. Pelo exposto, homologo por sentença o auto de prisão em flagrante e converto o flagrante de Wellington Luciano dos Santos Soares em prisão preventiva, mantendo a decisão que decretou sua prisão preventiva em todos os seus termos, com fundamento no art. 310 a 313, todos do Código de Processo Penal, principalmente para garantia da ordem pública [...] (fl. 37, grifei).

Não olvido que, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "[a]s circunstâncias fáticas do crime, **como a grande quantidade apreendida, a variedade, a natureza nociva dos entorpecentes, a forma de acondicionamento, entre outros aspectos, podem servir de fundamentos para o decreto prisional** quando evidenciarem a periculosidade do agente e o efetivo risco à ordem pública, caso permaneça em liberdade" (RHC n. 120.091/SP, Rel. Ministro

**Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 28/2/2020, destaquei).

Todavia, reputo que os elementos apresentados não servem para denotar a periculosidade exacerbada do investigado na traficância, a ponto de justificar o emprego da cautela máxima. Assim, as circunstâncias apresentadas, por si sós, não poderiam ensejar a imposição da prisão preventiva, se outras medidas menos invasivas se mostram suficientes e idôneas para os fins cautelares, especialmente a fim de evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, CPP).

Ao considerar, então, que o delito não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa e avaliar as situações em que perpetrado o suposto crime em questão, reputo cabível a concessão da ordem.

É plenamente possível que, embora presentes os motivos ou os requisitos que tornariam cabível a prisão preventiva, o juiz – à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011 – considere a opção por uma ou mais das medidas indicadas no art. 319 do Código de Processo Penal o meio suficiente e adequado para obter o mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa.

Tal opção judicial produzirá idêntico resultado cautelar – no caso em exame, evitar a prática de novos crimes, de maneira a proteger a ordem pública – sem a necessidade de suprimir, de modo absoluto, a liberdade de locomoção do acusado, notadamente porque os delitos a ele atribuídos não envolveram violência ou grave ameaça contra pessoa.

Ilustrativamente:

[...]

1. A manutenção da medida extrema somente se justifica se outras providências cautelares pessoais, com igual eficácia e adequação, não forem aptas a afastar o periculum libertatis (art. 282 do Código de Processo Penal).

2. É plenamente possível que, embora presentes os motivos ou os requisitos que tornariam cabível a prisão preventiva, o juiz – à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011 – considere a opção por uma ou mais das medidas indicadas no art. 319 do Código de Processo Penal o meio suficiente e adequado para obter o

mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa.

3. Os fatos de o acusado não ostentar antecedentes criminais, de haver sido apreendido com reduzida quantidade de drogas, de o delito não haver envolvido violência ou grave ameaça contra pessoa e de não haver notícias concretas de reiteração criminosa evidenciam que as medidas cautelares alternativas produzirão o mesmo resultado cautelar – a proteção da ordem pública – sem a necessidade de suprimir, de modo absoluto, a liberdade de locomoção do acusado.

4. Ordem concedida, para substituir a prisão preventiva do paciente por medidas cautelares alternativas, nos termos do voto

do relator. (HC n. 390.080/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 26/6/2017, destaquei).

Ressalte-se, ainda, que ante a crise mundial do covid-19 e, especialmente, a iminente gravidade do quadro nacional, intervenções e atitudes mais ousadas são demandadas das autoridades, inclusive do Poder Judiciário. Assim, penso que, na atual situação, salvo necessidade inarredável da prisão preventiva - mormente casos de crimes cometidos com particular violência -, a envolver acusado/investigado de especial e evidente periculosidade, o exame da necessidade da manutenção da medida mais gravosa deve ser feito com outro olhar.

Ainda que, em casos complexos, o recomendável seja o prestígio às competências constitucionais, deve-se fortalecer sobremaneira o princípio da não culpabilidade e eleger, com primazia, medidas alternativas à prisão processual, como o propósito de não agravar ainda mais a precariedade do sistema penitenciário e evitar o alastramento da doença nas prisões. A custódia ante tempus é, mais do que nunca, o último recurso a ser utilizado neste momento de adversidade, com notícia de suspensão de visitas e isolamentos de internos e de iminentes conflitos nos presídios.

Nesse sentido são bem claros os seguintes dispositivos do Código de Processo Penal, modificados pela recente Lei nº 13.964/2019:

Art. 282. [...] § 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação,

ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do parágrafo único do art. 312 deste Código.

§ 6º A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, observado o art. 319 deste Código, e o não cabimento da substituição por outra medida cautelar deverá ser justificado de forma fundamentada nos elementos presentes do caso concreto, de forma individualizada.

À vista do exposto, **concedo o habeas corpus** para substituir a prisão preventiva da ora paciente pelas seguintes medidas cautelares:

a) comparecimento periódico em juízo, sempre que for intimada para os atos do processo e no prazo e nas condições a serem fixados pelo Juiz, a fim de informar seu endereço e justificar suas atividades;

b) proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização judicial.

c) recolhimento domiciliar noturno (das 20h de um dia às 6h do dia seguinte), **sem prejuízo de imposição de outras medidas que o prudente arbítrio do Juiz natural da causa entender cabíveis e adequadas.**

Alerte-se à paciente que **a violação das medidas cautelares importará o restabelecimento da prisão preventiva**, que poderá ser novamente aplicada se sobrevier situação que configure sua exigência.

Fica o juiz, além disso, autorizado a avaliar novo cabimento da prisão preventiva se o paciente não se apresentar, em prazo razoável, para iniciar o cumprimento das medidas ora fixadas.

Comunique-se, **com urgência**, o inteiro teor deste *decisum* ao Juízo singular e à autoridade apontada como coatora.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**